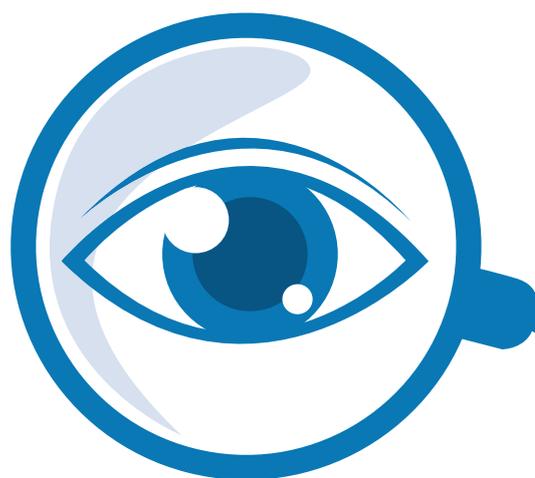


# EconomiABC

## Análise de Conjuntura



# OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Agosto / 2016

# 12

Escola de Gestão e Direito  
Ciências Econômicas

 Universidade  
**Metodista**  
de São Paulo  
Inovação desde 1938

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura

**Universidade Metodista de São Paulo**  
**Escola de Gestão e Direito**  
**Curso de Ciências Econômicas**  
**Observatório Econômico**

**Reitor**

Dr. Fábio Botelho Josgrilberg

**Diretor da Escola de Gestão e Direito**

Dr. Fúlvio Cristofoli

**Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas**

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

**Coordenador de Estudos**

Me. Sandro Renato Maskio

**Professores**

Me. Moisés Pais dos Santos

**Funcionária**

Bruna Romualdo Teixeira

[www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)

2

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Escola de Gestão e Direito da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
PANORAMA ECONÔMICO.....	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA .....	9
INFLAÇÃO .....	12
MERCADO DE TRABALHO.....	14
COMÉRCIO EXTERIOR .....	16
OPINIÃO .....	19

# APRESENTAÇÃO

A décima segunda edição do Boletim EconomiABC avalia o comportamento da economia do Grande ABC no primeiro semestre de 2016, em meio ao turbulento contexto político e econômico nacional, no qual a atividade produtiva, em especial da indústria, tem retraído.

Apartir das análises realizadas, passaremos a ter um cenário mais claro sobre as condições econômicas locais, o que influenciará a formação de expectativas para o segundo semestre do ano.

*Sandro Renato Maskio*  
*Coordenador de Estudos do Observatório Econômico*  
*Universidade Metodista de São Paulo*

# 5

# PANORAMA ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2016 foi marcado por intensas turbulências no cenário político brasileiro, frente a um cenário econômico desfavorável à trajetória de crescimento. Esta composição trouxe nítidos impactos sobre a perspectiva na condução da política econômica, bem como na atividade produtiva e o nível de emprego.

Com relação à condução da política econômica, o desequilíbrio das contas públicas mostrou-se o mais desafiador na busca da recomposição dos condicionantes macroeconômicos da economia, com vistas à sua trajetória em médio e longo prazo. Após a adoção de uma política fiscal expansiva, ao menos entre os anos de 2009 e 2014, o déficit público brasileiro aumentou de forma substancial, em especial em 2015.

O déficit fiscal de mais de R\$110 bilhões em 2015 (1,88% do PIB) no conceito primário, fez a dívida pública bruta aumentar de cerca de 50% do PIB em 2013, para mais de 67% do PIB em 2015, com projeção de crescimento. Concomitantemente ao aumento da taxa de juros, as despesas com pagamentos de juros somaram o equivalente a 8,35% do PIB.

No início do mês de julho o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles anunciou que o déficit público (no conceito primário) deverá ser de aproximadamente 170 bilhões em 2016, e em 2017 de cerca de R\$139 bilhões.

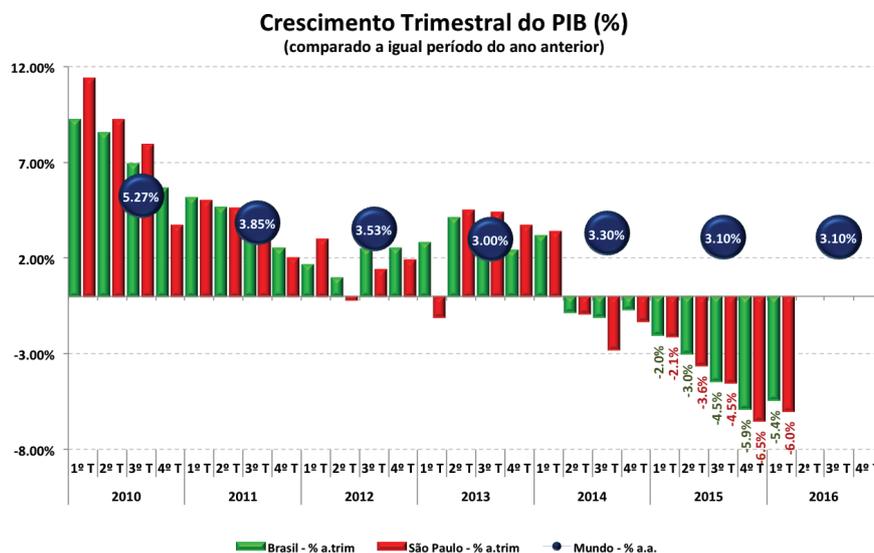
Não podemos perder de vista que o atual ambiente político amplia as dificuldades para se estabelecer medidas firmes em direção ao equilíbrio das contas públicas. No atual contexto, o governo interino trabalha para se manter no cargo e não se mostra disposto em criar desavenças com aqueles que constituem sua base de apoio. Entretanto, na contramão deste objetivo, a adoção das duras medidas necessárias à consolidação do ajuste fiscal ao longo dos próximos anos requer a aprovação dos parlamentares para alteração na legislação tributária, bem como das regras e previsões de gastos. Soma-se a este, a crise orçamentária enfrentada por diversos estados e municípios.

Entre os efeitos mais pesados da retração econômica à sociedade está a elevação da taxa de desemprego. Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, a taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em junho de 2016 (abr-mai-jun) subiu para 11,3% da PEA (População Economicamente Ativa), ante os 8,3% apresentado em igual trimestre do ano anterior. Nos últimos 12 meses, o IBGE estima que a massa de renda proveniente do trabalho diminuiu 4,9% no país, com impactos negativos sobre o poder de compra da população e conseqüentemente sobre o volume de demanda.

O gráfico a seguir, ao apresentar a variação trimestral do PIB brasileiro e paulista, nos permite observar a trajetória da dinâmica de desaceleração da economia brasileira nos últimos anos.

# 6

Ao observar os dados referentes ao primeiro trimestre de 2016, há uma leve sugestão de que o ritmo de desaceleração da atividade econômica pode estar estabilizando, embora não seja possível fazer afirmações para os próximos trimestres e nem sobre o período para a retomada da atividade econômica.



Fonte: FMI, IBGE e SEADE

Além da diminuição da renda do trabalhador promovida pela elevação do desemprego, outro fator a corroer o poder de compra dos brasileiros tem sido a inflação. Mesmo apresentando uma trajetória de desaceleração, até junho deste ano acumulada em 4,42%, segundo o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação é de 8,84%.

Em contraposição, a desaceleração da atividade econômica interna, juntamente com a desvalorização do real, levou à melhoria do saldo da Balança Comercial Brasileira. Considerando o período de janeiro a julho de 2016, enquanto as exportações brasileiras caíram 4,3% em relação a igual período do ano anterior, as importações diminuíram 27,6%. Com isso, o saldo da Balança Comercial acumulou um superávit de U\$ 23,6 bilhões, com perspectiva de ultrapassar U\$ 50 bilhões no acumulado de 2016, segundo projeção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

## Indicadores Macroeconômicos: Brasil

Indicadores Macroeconômicos do Brasil		
	2015	1 sem 2016
Crescimento Econômico (% a.a)	-3,80%	(5,54)% <sup>1</sup>
Inflação (% a.a – acumulado em 12 meses)	10,67%	8,84% <sup>2</sup>
Taxa de Juros - Selic (a.a)	14,25%	14,25% <sup>2</sup>
Balança Comercial (US\$ FOB)	19,68 bi	23,6 bi <sup>2</sup>
Transações Correntes (US\$ FOB - 12 meses)	(58,8) bi	(27,9) bi <sup>2</sup>
Superávit Primário (% PIB ac. 12 meses)	(1,88) % PIB	(2,51) % PIB <sup>2</sup>
Déficit Nominal (% PIB ac. 12 meses)	10,34 % PIB	(9,3) % PIB <sup>2</sup>
Dívida Pública Líquida (% PIB)	36,0% PIB	39,4% PIB <sup>2</sup>
Taxa de Desemprego – PNAD (% PEA)	9,00%	11,20% <sup>2</sup>

Fonte: Banco Central, Tesouro Nacional, IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota 1: referente ao 1 trimestre de 2016.

Nota 2: dados registrados em junho de 2016

Na busca de solidez dos fundamentos macroeconômicos, governo deverá adotar uma política restritiva neste e no próximo ano, ao que tudo indica. Reequilibrar as contas públicas, trazer a inflação para o centro da meta (4,5% a.a.) estancar a expansão da dívida pública estarão entre as principais metas a serem atingidas. Independente de quem venha a ser o chefe do executivo, a partir do segundo semestre deste ano, parece não haver alternativas a curto prazo que não seja a recomposição da capacidade de investimento do poder público e das condições econômicas que atraiam a confiança e investimentos do setor privado.

Na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Brasil deverá apresentar uma retração de 3,3% neste ano, e uma pequena recuperação de 0,5% em 2017. Estas projeções são próximas às apresentadas pela equipe econômica do governo, de -3,1% em 2016 e 1% em 2017.

Recentemente o FMI revisou para baixo a projeção para o desempenho da economia mundial em 2016 e 2017, que deverá ser de 3,1% e 3,4% respectivamente, segundo as últimas divulgações da instituição. Esta revisão foi influenciada especialmente pelos efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia, segundo Maurice Obstfeld, diretor de pesquisa do FMI.

Diante deste cenário, a economia do Grande ABC também apresenta um comportamento de retração, evidenciada pela elevação da taxa de desemprego, que superou 17% da PEA, pela diminuição da corrente de comércio exterior e pela retração da movimentação financeira.

# 8

Agrega-se a este cenário a redução da participação do setor industrial na economia brasileira, que ficou em torno de 20% do PIB, uma das menores dos últimos 50 anos, cujos efeitos afetam tanto a indústria instalada no Grande ABC, como toda a cadeia produtiva e demais setores diretos ou indiretamente associados a ela, na região.

# MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Mesmo com a desaceleração da inflação, que em junho registrou 8,84% acumulados nos 12 meses anteriores, a política monetária continua a apresentar um perfil contracionista, haja vista a manutenção da taxa básica de juros em 14,25% a.a. desde meados do ano passado. As taxas de juros aos consumidores atingiram os maiores níveis das últimas décadas. Com o intuito de conter a inflação, via retração da demanda, a taxa média de juros do cheque especial ultrapassou 310% a.a. em meados de 2016 e a taxa de juros do cartão de crédito (rotativo) 471,34% a.a..

Ao mesmo tempo, o custo do crédito às empresas se mantiveram elevados neste primeiro semestre, ainda que não tenham se elevado. A taxa média de juros para capital de giro registrou 26,38% a.a. em maio de 2016, um pouco abaixo que no início do ano. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como taxa de remuneração de diversas linhas de crédito do setor público ao setor produtivo, continua em 7,5% a.a., ainda que mais elevada que a praticada em 2014 e 2015.

Há que se observar que diante da tendência de efetivação de déficits públicos, inclusive no conceito primário, nos anos de 2016 e 2017, este levará a ampliação da necessidade do governo de captar recursos no mercado financeiro via dívida pública, até que se equacione o orçamento público brasileiro. Dada esta necessidade, o Banco Central tenderá a se comportar de forma mais cautelosa com relação à redução dos juros, mesmo com a desaceleração da inflação para os limites da meta de inflação definidos pelo Conselho de Política Monetária. Ao mesmo tempo, a manutenção de elevadas taxas de juros aumenta o custo do governo com pagamento de juros referente à captação de recursos via dívida pública, o que por sua vez dificulta o equacionamento do orçamento.

Dada esta espiral, a tendência é de que a taxa de juros permaneça elevada em 2016 e 2017.

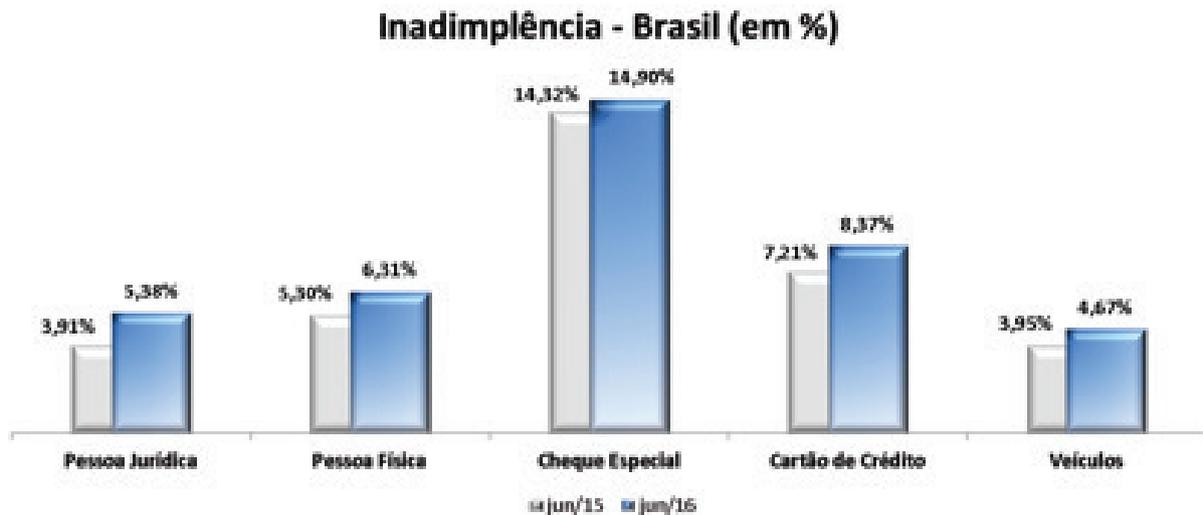
TAXAS DE JUROS										
	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
Selic	7,25	10,00	11,65	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25
TJLP	5,00	5,00	5,00	7,00	7,50	7,50	7,50	7,50	7,50	7,50
Capital de Giro	15,05	19,86	21,79	26,87	29,83	28,64	27,46	24,45	26,24	26,38
Cheque Especial	138,04	147,94	189,34	287,02	292,34	293,90	300,76	308,67	311,31	315,71

Fonte: Banco Central do Brasil. (-) dado não disponível.

# 9

A equação composta pela redução da renda e ampliação da taxa de juros tornou o aumento da inadimplência praticamente inevitável, em especial no quadro em que o grau de endividamento das famílias equivale cerca de 44% da renda anual das mesmas.

A elevação da inadimplência é outro fator a pressionar para cima a taxa de juros aos tomadores de crédito, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Comparativamente a junho de 2015, ambos apresentaram aumento da inadimplência. Chama atenção a dimensão da inadimplência das pessoas físicas junto ao cheque especial.



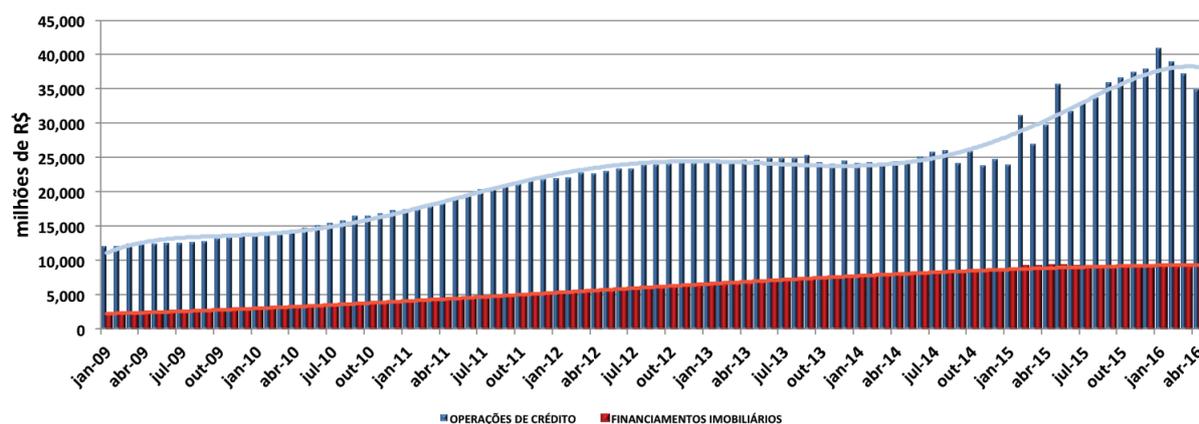
Fonte: Banco Central

O cenário formado pela elevação dos juros, elevado grau de endividamento, redução da renda média das famílias e elevação da inadimplência, afeta negativamente a demanda por crédito e, consecutivamente, o consumo das famílias.

No Grande ABC, após uma forte elevação atípica no ano de 2015, explicado em especial pela necessidade das famílias honrarem compromissos e/ou manterem o padrão de consumo no momento em que a renda passou a diminuir, as operações de crédito apresentou uma trajetória de queda nos primeiros meses de 2016. Ainda que o volume de operações de crédito registrado em abril deste ano se mostre maior que o registrado em igual mês do ano passado, entre dezembro último e abril de 2016 o volume de operações de crédito diminuiu 7,8%, ao passo que na mesma comparação no ano passado crescera cerca de 20%. No primeiro quadrimestre de 2016 contra o mesmo período de 2015 o volume de empréstimo e títulos descontados, de financiamentos e de crédito imobiliário diminuíram, respectivamente, 11%, 32% e 0,9%.

O financiamento imobiliário apresentou a primeira redução após mais de seis anos de crescimento constante, impactando sobre o mercado imobiliário da região, que no ano de 2015 amargou uma redução de 26% nas vendas de imóveis novos, segundo a ACIGABC.

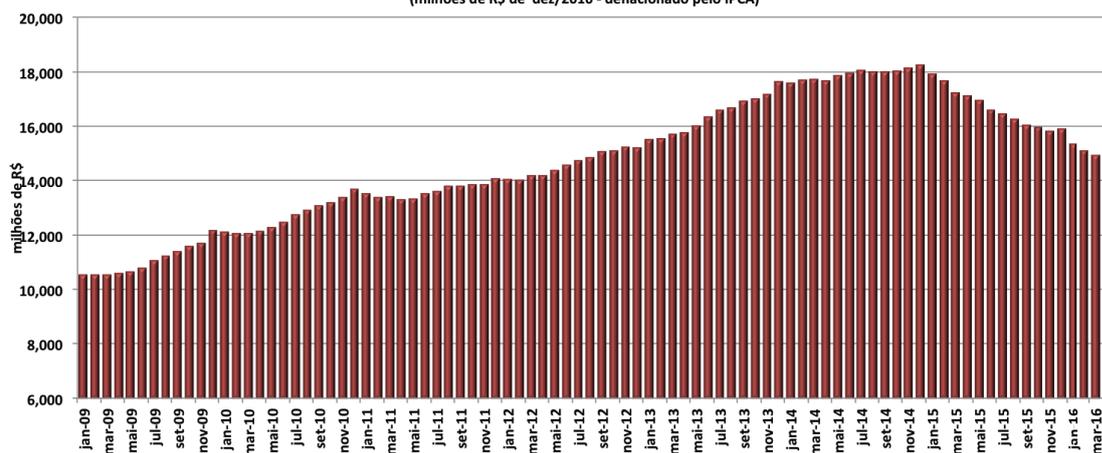
**Operações de Crédito no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de jun/2016 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central do Brasil

Ao mesmo tempo, o volume de depósitos em poupança na região do Grande ABC vem diminuindo de forma quase ininterrupta desde dezembro de 2014. O estoque de depósito de poupança na região diminuiu cerca de 19,1% entre dezembro de 2014 e abril de 2016, quando somou aproximadamente R\$14,7 bilhões.

**Depósitos em Poupança no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de dez/2016 - deflacionado pelo IPCA)

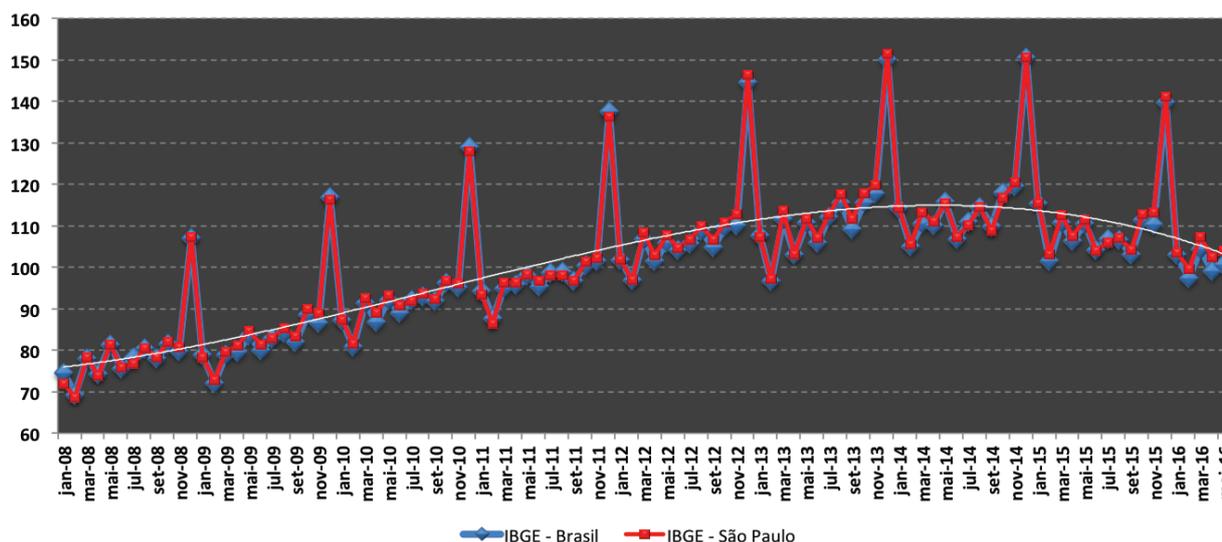


Fonte: Banco Central do Brasil

Com o quadro formado pelo aumento do desemprego, redução da massa de renda, elevação da taxa de juros, redução no volume de operações de crédito e aumento da inadimplência, os efeitos sobre a atividade comercial têm sido negativo. No primeiro semestre de 2016, o desempenho médio das vendas no comércio varejista reduziu 6,65% no Brasil, comparada ao mesmo período do ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE. No primeiro semestre de 2015 a queda foi de 2,08%, apontando o aprofundamento dos efeitos sobre a atividade comercial.

No Estado de São Paulo a atividade comercial retraiu 5,20% no ano primeiro semestre de 2016, segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE. De acordo com a pesquisa do Serasa Experian, as maiores retrações da atividade consumo ocorrem nos setores de automóveis e peças (-17%); vestuário (-13,9%) e eletrodoméstico / eletrônico (-13,2%).

**Atividade Comercial**  
(média de 2011 = 100)



# INFLAÇÃO

O primeiro semestre de 2016 vem registrando redução da inflação acumulada em 12 meses. Após fechar o ano de 2015 em 10,67%, em junho a inflação acumulada foi de 8,84%. Somente nos seis primeiros meses de 2016 acumulou 4,41%.

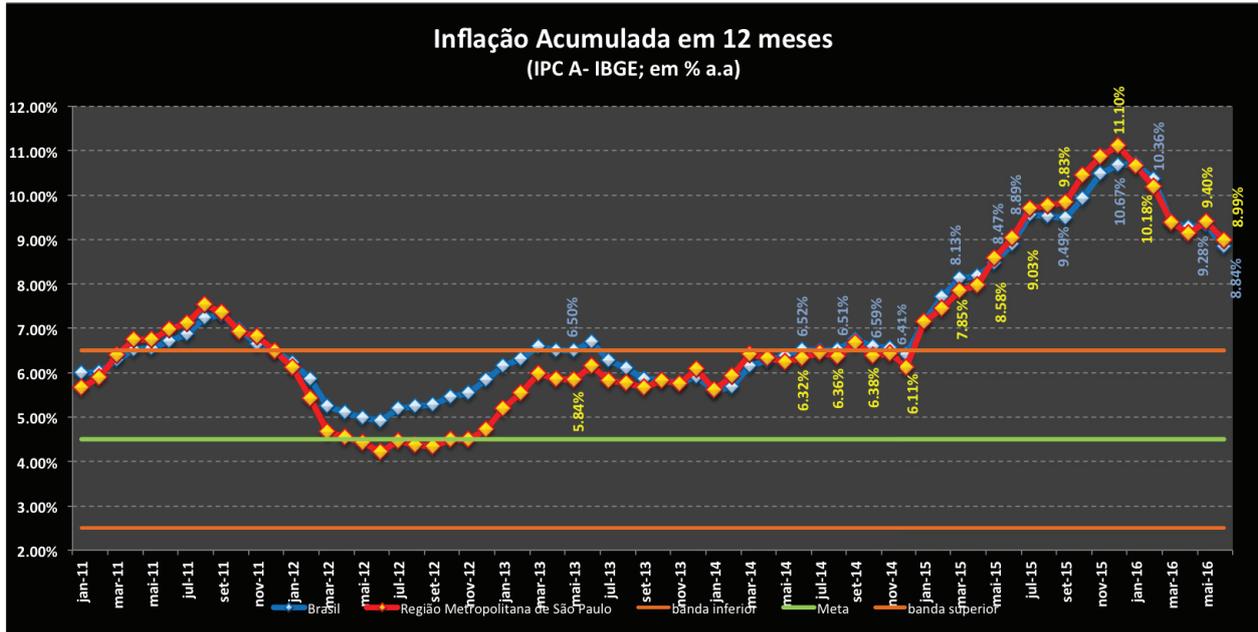
Esta desaceleração decorre, em primeiro lugar, da neutralização dos efeitos dos reajustes dos preços administrados ocorridos no primeiro semestre de 2015, como energia elétrica e combustível, além da remoção de alguns subsídios e incentivos tributários. Em segundo, da própria política monetária contracionista empregada pela equipe econômica, com o objetivo declarado de reduzir a inflação.

A expectativa é que a inflação feche o ano em torno de 7,25% segundo o relatório FOCUS de julho, mais próximo da banda superior da meta de inflação, que é de 6,5% (4,5% + 2%).

Atualmente, uma das principais críticas enfrentada pela política de combate à inflação tem sido seu efeito sobre a atividade econômica. Isso porque, ao combater a inflação com uma política monetária restritiva, embora apresente algum grau de eficácia na redução da inflação, exercem-se pressões para a redução da demanda agregada da economia. Com menor demanda, o setor produtivo verá seu mercado consumidor encolher, levando à queda

# 12

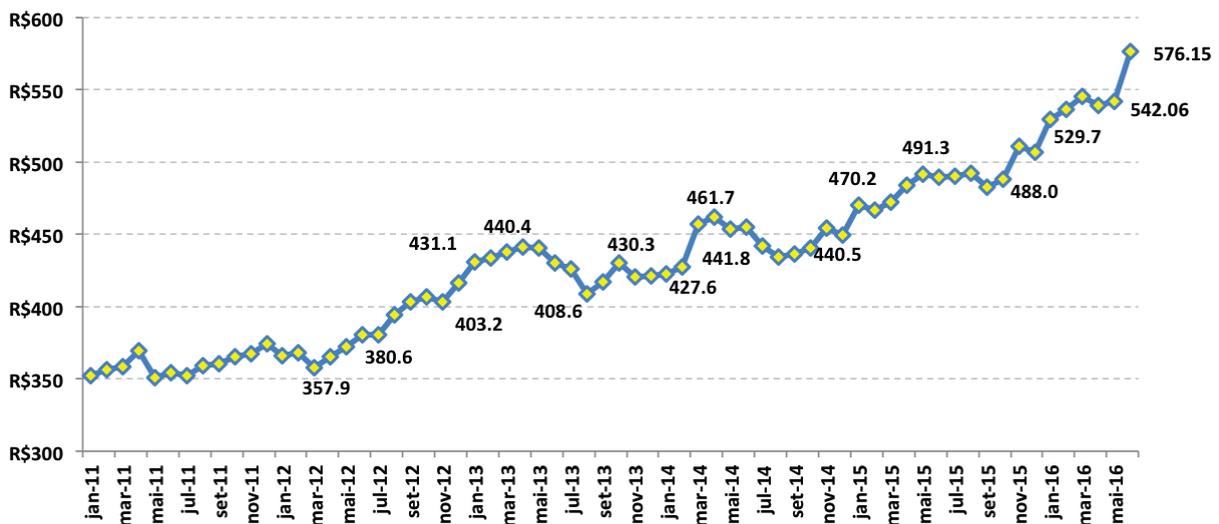
da produção e suas consequências. Ao mesmo tempo, o combate à inflação pela contenção da demanda não soluciona as questões estruturais que também estão envolvidas com inflação no Brasil, como a baixa expansão da capacidade de oferta, baixa produtividade, entre outros.



Fonte: IBGE

Segundo o IPCA, a inflação acumulada em 2015 na Região Metropolitana de São Paulo foi de 8,99% nos últimos 12 meses encerrados em julho 2016. Assim como no plano nacional, os segmentos que apresentaram maior variação de preços no primeiro semestre deste ano foram alimentação (6,55%) e as despesas com saúde e cuidados pessoais (7,74%). Grupos estes que afetam sobremaneira o orçamento das famílias, em especial as de menor renda.

### Cesta Básica - Região do ABC (em R\$)



Fonte: CRAISA

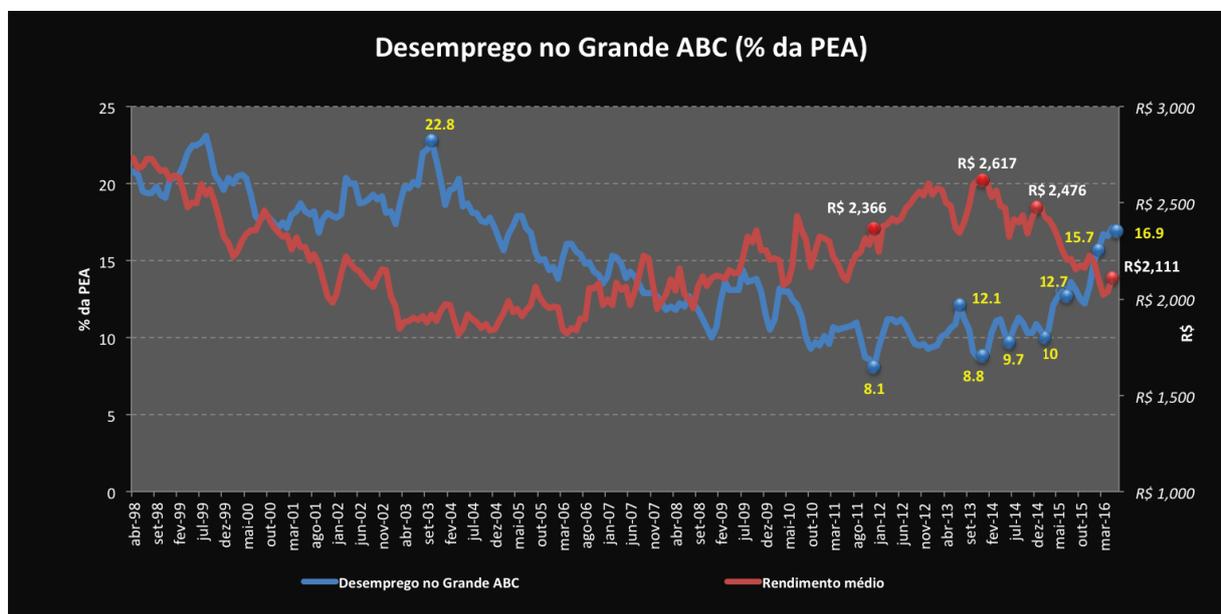
Tendo em vista a forte elevação dos preços dos alimentos nos últimos tempos, de acordo com o levantamento feito pela Companhia de Abastecimento de Santo André (CRAISA), a cesta básica na região do Grande ABC subiu para R\$576 no mês de junho, 17,7% mais cara que em junho de 2015. Com isso, a cesta básica apresenta, atualmente, valor recorde na região, desde que começou a ser apurada pela CRAISA.

# MERCADO DE TRABALHO

A taxa média de desemprego registrada em junho deste ano no Grande ABC foi de 16,9% da PEA, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo SEADE/DIEESE. A taxa de desemprego tem apresentado uma trajetória crescente no Grande ABC desde dezembro de 2013, tendo acelerado no início de 2015. Comparado a dezembro de 2013, a taxa de dezembro se elevou 8,1 pontos percentuais.

Neste mesmo período, dado o aumento da taxa de desemprego, o salário médio real do trabalhador diminuiu 19,3%, deflacionado pelo ICV/DIEESE. Nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2016, o salário médio dos ocupados apresentou uma redução real de 6,3%. A combinação entre o aumento do desemprego e a redução do rendimento dos trabalhadores provocou uma queda na massa de renda de cerca de 12,8% no mesmo período, o que se reflete na redução do poder de compra, com impactos diretos sobre o fluxo de consumo, poupança e produção.

No trimestre encerrado em junho (abr-mai-jun) a taxa de desemprego nacional medida pelo IBGE subiu para 11,3% da PEA, 4,9 pontos percentuais acima do mesmo trimestre do ano passado. A mesma pesquisa apurou um total de 11,56 milhões de desocupados com 14 anos ou mais na semana de referência da pesquisa no período.

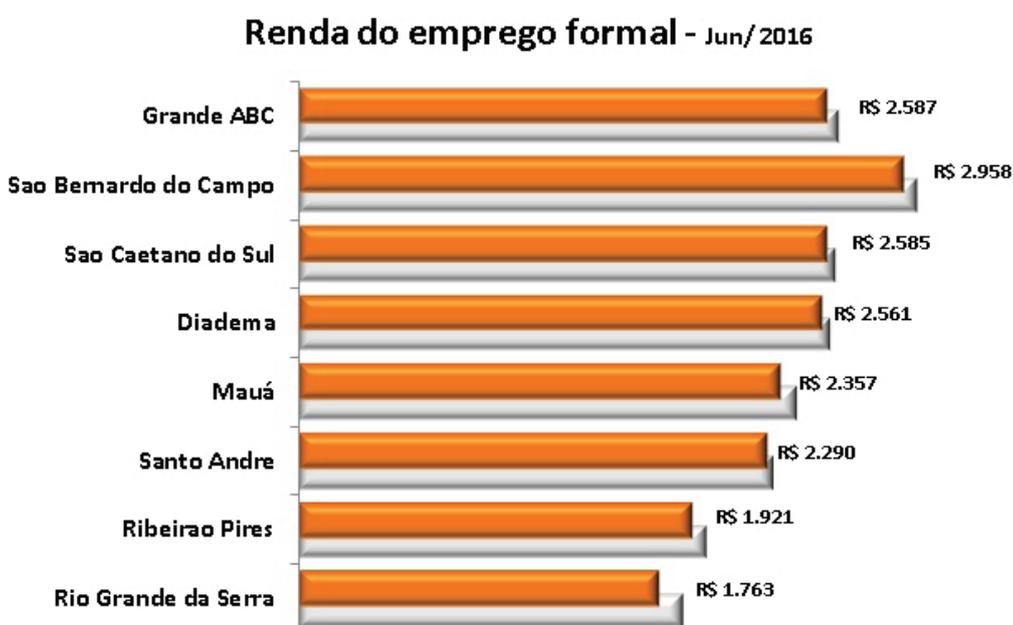


Fonte: SEADE

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registra as admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho, registrou a perda de 16.710 postos formais de trabalho no Grande ABC no primeiro semestre de 2016. Somente a indústria perdeu 24.179 postos formais de trabalho em 2015. A retração da atividade econômica, na região, levou a uma redução de postos formais de trabalho em praticamente todos os setores da economia neste primeiro semestre, com destaque para o setor industrial (-7.529), comercial (-4.272) e de serviços (-4.627).

Se de um lado a taxa de desemprego aumentou em função da continuidade do fluxo de demissões, por sua vez esta tem apresentado desaceleração em seu ritmo, sugerindo uma tendência a estabilização do atual ciclo de retração do mercado de trabalho.

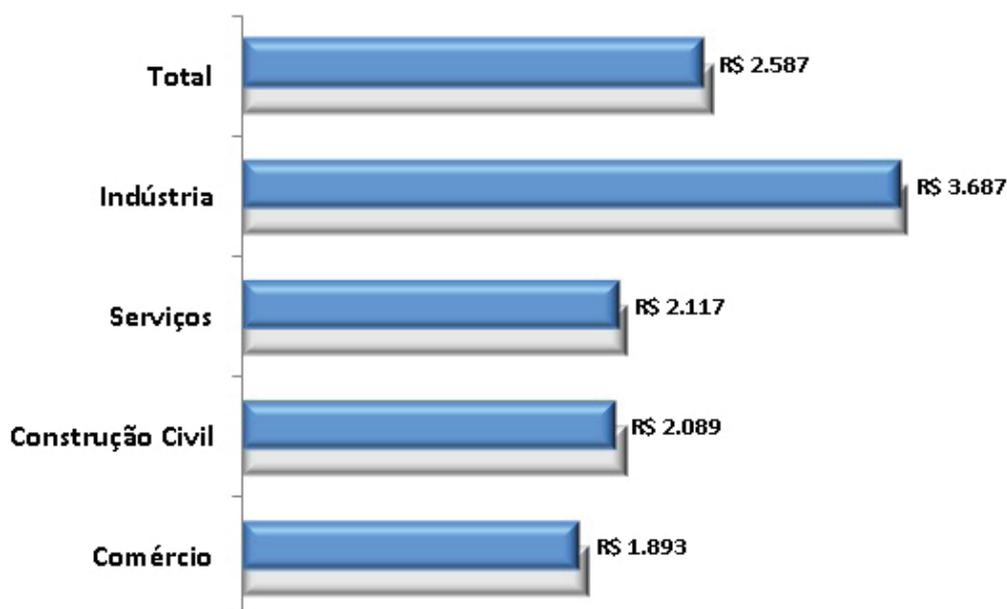
A estimativa para a renda média em junho dos trabalhadores formalmente é R\$2.587, realizada a partir dos dados da base RAIS/CAGED do MTE, efetivando uma redução de cerca de 2%, nos últimos 12 meses.



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Na comparação entre junho de 2016 contra junho de 2015, o salário médio dos trabalhadores formalmente empregados reduziu em todos os municípios do Grande ABC, e em todos os setores da economia local.

## Renda do Emprego Formal no GABC - Jun / 2016



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Tanto os dados da PED como os dados do CAGED apontam para a trajetória de retração do mercado de trabalho na região, cujos efeitos têm se dissimulado territorialmente e setorialmente na economia local. A melhora deste cenário está atrelada a retomada da atividade produtiva na região, em especial do setor industrial, tendo em vista sua capacidade de agregar valor bem como de movimentar uma extensa cadeia produtiva, direta e indiretamente.

# COMÉRCIO EXTERIOR

A Balança Comercial do Grande ABC registrou superávit de US\$702 milhões, equivalente a 85,5% do superávit registrado em todo o ano de 2015. O resultado deste primeiro semestre foi gerado a partir da redução de 9,11% nas exportações e de 32,9% nas importações, que acumularam até o mês de junho deste ano os montantes de US\$2,26 bilhões e US\$1,56 bilhões, respectivamente. Este é o melhor resultado para o período desde o primeiro semestre do ano de 2011.

A continuar esta trajetória, o Grande ABC deverá fechar o ano de 2016 com um superávit superior a US\$1,2 bilhões.

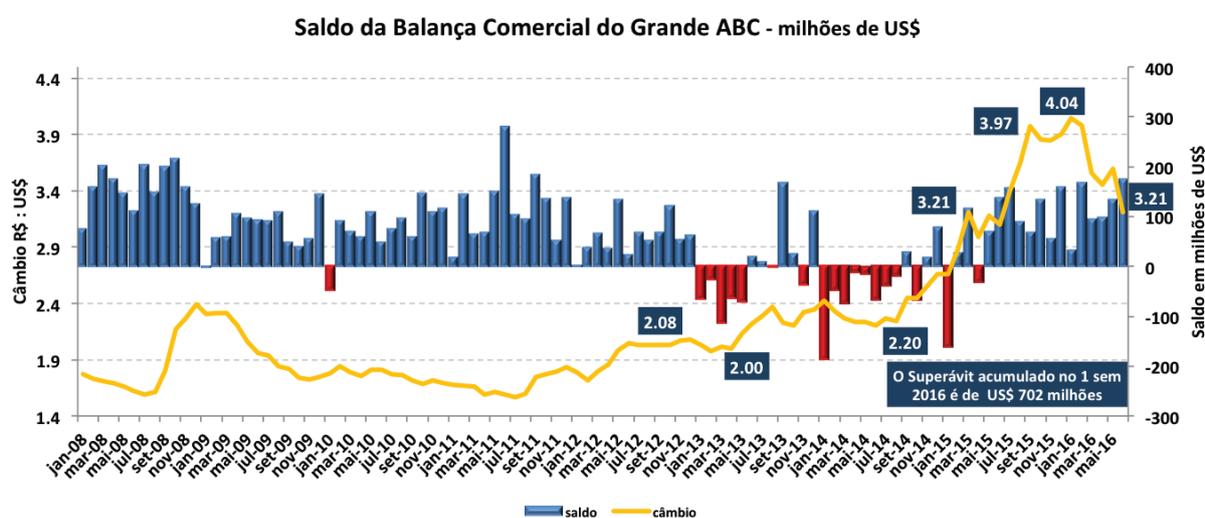
Assim como observado no boletim anterior, dois fatores têm contribuído para formação deste superávit comercial: a desaceleração da economia regional e a desvalorização do real frente ao dólar.

# 16

A desvalorização do real, que em junho de 2016 registrou cotação média de R\$3,20 por US\$, ante a cotação de R\$2,20 por US\$ em junho de 2014, tornou as importações mais caras. Nos anos de 2013 e 2014, quando a Balança Comercial registrou déficits, os produtos intermediários do processo produtivo foram os principais responsáveis pelo resultado negativo. Com o encarecimento das importações, as mesmas tornaram-se menos competitivas, influenciando a queda no volume de importações.

Outro fator que levou a este movimento foi a desaceleração da atividade produtiva interna, que provocou redução da demanda por produtos importados, em especial dos bens intermediários.

A queda observada nas exportações, mesmo com a desvalorização do real, o que tornam seus preços mais competitivos no mercado externo, evidenciam a desaceleração da economia regional e a falta de produtividade e competitividade da mesma. Há que se considerar também os efeitos do modesto ritmo de retomada da economia internacional e do fluxo de comércio externo.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Tendo em vista a estrutura produtiva da Região do Grande ABC, nos últimos três semestres o principal grupo responsável pela geração de superávits comerciais tem sido os produtos industrializados, em especial os manufaturados, conforme podemos ver na tabela abaixo.

**Saldo da Balança Comercial do Grande ABC (US\$)**

Ano/Mês	Total	Básicos	Industrializado			Operações Especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	Total Industr.	
2014	-409.880.379	-143.844.362	-177.235.779	-88.800.238	-266.036.017	0
1 sem 2015	163.315.772	-51.947.556	-125.660.249	340.888.871	215.228.622	34.706
2015	824.108.047	-95.326.936	-202.488.643	1.121.870.106	919.381.463	53.520
1 sem 2016	702.147.068	-29.631.223	-62.672.576	794.371.395	731.698.819	79.472

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Estão entre os principais produtos exportados pelo Grande ABC, em movimentação de recursos, os caminhões, automóveis, componentes da indústria automobilística, produtos químicos e pneus.

Entretanto, ainda assim, ao analisarmos o comportamento produtivo de alguns setores presentes na região do Grande ABC, nos deparamos com resultados negativos, demonstrando a redução da atividade econômica.

<b>Varição da Produção Física Industrial</b>						
	<b>Produtos Químicos Inorgânicos</b>	<b>Pneumáticos</b>	<b>Automóveis, camionetas e utilitários</b>	<b>Caminhões e ônibus</b>	<b>Cabines, carroc. e reboques para veículos automot.</b>	<b>Peças acess. para veículos automotores</b>
<b>1 sem 2015</b>	<b>2,79%</b>	<b>-9,02%</b>	<b>-14,80%</b>	<b>-39,17%</b>	<b>-43,68%</b>	<b>-11,32%</b>
<b>2015</b>	<b>1,03%</b>	<b>-9,51%</b>	<b>-20,96%</b>	<b>-44,24%</b>	<b>-46,25%</b>	<b>-16,61%</b>
<b>1 sem 2016</b>	<b>-0,98%</b>	<b>-4,93%</b>	<b>-22,50%</b>	<b>-28,96%</b>	<b>-26,94%</b>	<b>-18,62%</b>

Fonte: produção Industrial Mensal - PIM (IBGE)

Ao que tudo indica, ainda estamos longe de iniciarmos a retomada da atividade econômica. Em uma economia em que sua dinâmica sempre se mostrou muito dependente da ação direta do Estado, seja via investimento, ou via ampliação do financiamento, do estímulo ao consumo, de subsídios, entre outros; a atual condição fiscal reduz significativamente as possibilidades de adoção de uma política ativa no curto e médio prazo.

## ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS FRENTE À CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA: O QUE FAZER PARA MITIGAR OS RISCOS FINANCEIROS SEM PERDER O FOCO NO LONGO PRAZO?

Alberto Sanyuan Suen\*  
Anapátricia Morales Vilha\*\*

A forte crise política e econômica em que está mergulhado o país chama a atenção para a necessidade dos empresários desenvolverem estratégias de mitigação de riscos para não sucumbirem na tempestade.

Este artigo tem como objetivo mostrar alguns instrumentos de gestão de empresas que podem ser usados com o intuito de preservar a saúde financeira das organizações, sem perder o foco na criação de valor de longo prazo. Para tanto, apresentaremos alguns números que mostram a dimensão da crise. Em seguida, abordaremos conceitos relevantes para gestão de riscos financeiros de curto prazo. Finalmente, discutiremos estratégias de médio e longo prazo para as empresas diante desse cenário.

### A) A crise política e econômica e suas consequências para as empresas

A crise política e econômica brasileira, agravada a partir do primeiro ano após as eleições de 2014, tem sido marcada pela grande volatilidade de importantes parâmetros da economia, como as taxas de câmbio e de juros.

A taxa de câmbio, por exemplo, subiu de cerca de 2 reais por dólares na eleição presidencial em outubro de 2014, para cerca de 4 reais por dólares no final de 2015, e hoje está em cerca de 3,20 reais por dólares. Por decorrência dessa variabilidade do preço do câmbio, o planejamento das empresas passa a se tornar um enorme desafio.

A queda da confiança dos agentes econômicos está associada, entre outros fatores, à disparada da dívida bruta do governo explicitada pela relação dívida/PIB, que acelerou de pouco mais de 50% em meados de 2013 para 60% em 2014, e para cerca de 75% em 2016. Na mesma proporção, a incerteza política diminuiu a disposição ao risco dos empresários, reduzindo o volume de investimentos e contribuindo ainda mais para a redução da atividade econômica. Ademais, a inflação mantém-se em patamares elevados, mesmo com a alta taxa de juros pagas pelos títulos públicos.

Em 2015 e 2016 o PIB deverá recuar cerca de 7,5%, traduzindo-se na maior baixa desde a década de 1930, durante a grande depressão global iniciada com a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Frente a essa brutal queda do PIB, as empresas têm sentido enormes dificuldades financeiras, pois tiveram grandes quedas em suas vendas.

Este fenômeno de redução de receitas aliado à alavancagem operacional e financeira tem o potencial de levar a um cenário de grandes prejuízos nas empresas, podendo, inclusive, levar à falência das mesmas em pouco tempo.

B) Como mitigar os riscos frente à crise sem perder o foco na criação de valor no longo prazo

Os principais riscos financeiros das empresas que devem ser monitorados neste cenário de crise são o de mercado, de crédito e o de liquidez. O risco de mercado consiste na possibilidade de perda financeira frente a possível variação adversa de preços de ativos que compõem o portfólio da empresa. Neste quesito, a gestão da empresa deve tomar muito cuidado com possíveis variações adversas de preços, como o da taxa de câmbio no cenário de dívida em moeda estrangeira. A variação do dólar, que se elevou de cerca de dois reais em 2014 para quatro reais no final de 2015, poderia levar a quebra de uma empresa muito endividada em moeda estrangeira, que tivesse de fazer o pagamento de sua dívida.

O risco de crédito envolve a possibilidade de perdas devido à inadimplência de clientes. Nesse quesito, as empresas devem aumentar o rigor na concessão de crédito aos clientes, assim como não concentrar de forma excessiva a sua carteira de empréstimos. No momento que vivemos de alta inadimplência, é preciso fazer uma análise de crédito mais cuidadosa, assim como reduzir os limites dessa natureza neste período de incerteza.

O risco de liquidez consiste na possibilidade de perdas associadas à conversão de ativos em caixa, tendendo a crescer em períodos de crise. Neste contexto, deve-se elevar o volume de caixa e de ativos mais líquidos, de forma a criar uma reserva que possa socorrer a empresa em caso de imprevistos.

Outra iniciativa muito importante é a implantação de uma política técnica constante de redução de custos, realizada de forma técnica, reduzindo os gastos sem comprometer os investimentos de longo prazo da empresa.

No que concerne especificamente à criação de valor de longo prazo, a organização que tem sua gestão financeira organizada, poderá aproveitar a fraqueza da economia para elaborar seu planejamento empresarial (estratégico e operacional) e implementá-lo durante este período, posicionando-se de forma ímpar no mercado para quando o ciclo econômico se tornar mais favorável. Diante dessa perspectiva, fusões e aquisições de empresas são recomendadas, e as organizações melhor preparadas podem adquirir outras em condições não tão favoráveis.

# 20

## C) Conclusão

Neste artigo, discutiu-se formas de mitigação de riscos financeiros por parte das empresas frente à profunda crise política e econômica por que passa o Brasil.

Ante a este cenário que vivemos atualmente, é importante que as empresas façam a sua lição de casa, gerenciando os seus riscos financeiros, notadamente os riscos de mercado, crédito e de liquidez. Além disto, deve-se adotar uma política de corte de custos eficaz, sem perder o foco no planejamento empresarial. Estratégias de fusões e de aquisições para empresas melhor preparadas são recomendáveis para fortalecer a sua posição de mercado e para a criação de valor de longo prazo.

\* Coordenador de Empreendedorismo Tecnológico da Agência de Inovação da UFABC. Coordenador do Bacharelado de Economia da UFABC. Professor Dr. do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS).

\*\* Diretora da Agência de Inovação da UFABC. Professora Dra. do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) e do Programa de pós Graduação em Ciência Humanas e Sociais da UFABC.



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.  
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)  
Tel: 4366-5035

**22**